

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Viçosa/MG
Março / 2021

The logo for IPREVI, featuring the letters 'IPREVI' in a bold, green, sans-serif font. The 'I' and 'P' are slightly larger and more prominent than the other letters.

Instituto de Previdência Municipal dos Servidores
Públicos do Município de Viçosa

"A nossa segurança começa aqui"

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – IPREVI

Viçosa/MG
Março / 2021

Instituto de Previdência Municipal dos Servidores
Públicos do Município de Viçosa
CNPJ: 05.665.754/0001-84
Tel.: (31) 3891-9009 - Fax.: (31) 3891-3772

Avenida P.H. Rolfs, 81 - 3º Andar - Sala 301
Centro - CEP: 36.570-000 - Viçosa/MG
E-mail: iprevi.vicosa@gmail.com
Site: www.iprevi.vicosa.mg.gov.br

Gestor responsável pela entidade

EDIVALDO ANTONIO DA SILVA ARAUJO

CPF: 983.642.866-68

Integrantes do Controle Interno

CÁSSIA MARIA LOPES SALGADO

CPF: 051.751.696-96

SEBASTIÃO ADILSON FRANCO

CPF: 805.040.946-53

DÊNIO JOSÉ VIANA

CPF: 423.584.426-15

Índice

1. Apresentação
2. Introdução
3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias
4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária
5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira
6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial
7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar
8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal
9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
10. Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do fundo próprio de previdência foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos. Procedimentos adotados para possibilitar a cobrança, inclusive de exercícios anteriores, de contribuições não recebidas dos segurados e do patrocinador.
11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitação de despesas quando verificado o déficit na arrecadação.
12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuária.

13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.
14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.
15. Atendimento aos artigos 8º, 10º e 11º da Portaria MPAS nº 4.992/99/ Artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS 402/2008.
16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da IN nº 09/2008.
17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.
18. Informação do valor do déficit do Instituto.
19. Informação dos valores recebidos da Prefeitura, Câmara, IMAS, SAAE e IPREVI
20. Conclusão

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, artigos 63 a 66 da Lei Complementar nº 10/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 09/2008 do TCE/MG, ao artigo 66 da Lei Municipal, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício de 2020.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2020 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2020, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrente do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros.



Na avaliação do cumprimento das metas correlacionaram-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar que a meta atingida foi a meta proposta.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando desta forma a elaboração da LOA.

Tx FF - 3.907.000,00 127.319,39

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO EXERCÍCIO DE 2020

AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR		% REALIZADO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO ATUALIZADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
1 RECOLHIMENTO DO PASEP - FF ✓	X		X		*	145.000,00	135.879,26	93,71
2 SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X		X			15.000,00	686,26	4,58
RECOLHIMENTO DO PASEP - FP	X		X			80.000,00	66.501,66	83,13
SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X		X			10.000,00	103,15	1,03
5 MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. - FF	X		X			268.000,00	178.846,19	66,73
6 PAGAMENTOS DE PESSOAL E ENCARGOS - FF	X		X			638.000,00	546.984,69	85,73
7 REALIZAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - FF	X			X		13.000,00	0,00	0,00
8 MANUT. COMITE DE INVESTIMENTOS E CONSELHOS - FF	X		X			35.000,00	18.267,12	52,19
9 VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES - FF	X		X			50.000,00	21.348,73	42,70
30 HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES - FF	X		X			7.000,00	0,00	0,00
11 DIVULGAÇÃO SOCIAL - FF	X		X			4.000,00	273,00	6,83
12 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP. - FP-FF	X		X			15.000,00	7.119,71	47,46

ADEQUAÇÕES E REPAROS NA SEDE DO INSTITUTO - FP FF	X		X		13.000,00 10.000,00	0,00 -1.445,00	14,45
MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. - FP	X		X		190.000,00	87.706,97	46,16
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - FP	X		X		345.000,00	295.294,68	85,59
REALIZAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - FP	X			X	5.000,00	0,00	0,00
MANUT. COMITE DE INVESTIMENTOS E CONSELHOS - FP	X		X		25.000,00	5.971,08	23,88
VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - FP	X		X		26.000,00	14.200,93	54,62
HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES - FP	X			X	4.000,00	0,00	0,00
CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS AOS SERVIDORES - FP	X			X	2.000,00	0,00	0,00
DIVULGAÇÃO OFICIAL - FP	X		X		3.000,00	147,00	4,90
MANUTENÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - FF	X		X		21.428.000,00	19.677.674,07	91,83
MANUTENÇÃO DAS PENSÕES - FF	X		X		2.750.000,00	2.514.834,78	91,45
PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X			X	45.000,00	2.037,95	4,53
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA - FF	X		X		40.000,00	2.193,57	5,48
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO FAMÍLIA - FF	X			X	4.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA - FF	X			X	1.000.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO MATERNIDADE - FF	X			X	30.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO RECLUSÃO - FF	X			X	30.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - FP	X		X		1.050.000,00	847.452,05	80,71
MANUTENÇÃO DAS PENSÕES - FP	X		X		350.000,00	151.237,20	43,21
PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X			X	100.000,00	0,00	0,00
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA - FP	X		X		40.000,00	5.680,24	14,20
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO FAMÍLIA - FP	X			X	60.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA - FP	X			X	920.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DO SALÁRIO MATERNIDADE - FP	X			X	310.000,00	0,00	0,00

Handwritten signature and initials.

MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO RECLUSÃO - FP	X			X		40.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA - FP	X			X		20.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS - FP	X			X		6.268.000,00	0,00	0,00
TOTAL						36.375.000,00	24.581.885,29	67,58%

As ações executadas pelo Instituto Municipal de Previdência no exercício de 2020 foram predominantemente voltadas à manutenção dos pagamentos de aposentadorias, pensões, bem como os demais benefícios e despesas com manutenção administrativa.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios dos segurados, equacionando-as com os recursos disponíveis no Instituto.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA, para o exercício financeiro de 2020, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº. 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria nº 163/01 Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da **Lei Municipal n.º 2.791 de 19 de dezembro de 2019**.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes neste Instituto e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão das contribuições patronais e dos servidores;
- A expansão do número de segurados;
- As alterações na remuneração dos segurados;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

7
[Assinatura]

- As demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A fixação da reserva orçamentária;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Instituto foi, portanto, estimada em R\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil reais) e a despesa foi fixada em R\$ 36.375.000,00 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil reais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2020			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	22.200.000,00	Despesas Correntes	27.802.000,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	15.000,00
Repasse a Receber	0,00	Reserva de Contingência	0,00
		Reserva Orçamentária do RPPS	8.558.000,00
TOTAL	22.200.000,00	TOTAL	36.375.000,00

A proposta orçamentária do Instituto foi apresentada com desequilíbrio decorrente da insuficiência financeiras da Gestão Previdenciária do Fundo Financeiro devido às receitas não serem suficientes para arcar com despesas do Plano, conforme demonstrado no quadro a seguir:

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL EXERCÍCIO DE 2020			
PLANO	PREVISÃO	FIXAÇÃO	DIFERENÇA
Administração do Fundo Financeiro	R\$ 1.175.000,00	R\$ 1.175.000,00	R\$ 0,00
Previdência do Fundo Financeiro	R\$ 8.932.000,00	R\$ 23.107.000,00	-R\$ 14.175.000,00
Administração do Fundo Previdenciário	R\$ 735.000,00	R\$ 735.000,00	R\$ 0,00
Previdência do Fundo Previdenciário	R\$ 11.358.000,00	R\$ 11.358.000,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 22.200.000,00	R\$ 36.375.000,00	-R\$ 14.175.000,00

A diferença estimada apresentada na LOA do exercício de 2020 será repassada ao Instituto pelo Poder Executivo – Administração Direta e Indireta e pelo Poder Legislativo de acordo com o levantamento mensal das receitas e despesas previdenciárias de cada Órgão, conforme o quadro a seguir:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EXERCÍCIO DE 2020	
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA	R\$ 11.235.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA	R\$ 105.000,00
SERVIÇO AUT. ÁGUA E ESG. DE VIÇOSA	R\$ 2.835.000,00
TOTAL	R\$ 14.175.000,00

O Instituto Municipal de Assistência ao Servidor e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentam insuficiências financeiras, portanto, não apresenta programação de transferência financeira para cobertura da insuficiência financeira.

4.2. Do Orçamento

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira e cronograma mensal de desembolso, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, os quais foram encaminhados ao Poder Executivo para consolidação.

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Instituto.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas.

Nestes aspectos, a programação financeira – receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2020;

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2020;

Depois de elaboradas a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta entidade em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

RECEITA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	RECEITAS REALIZADAS (R\$)	SALDO (R\$)
Receitas Correntes (I)	22.200.000,00	22.200.000,00	20.844.068,40	-1.355.931,60
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em exerc. Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (IV) = (I+II+III)	22.200.000,00	22.200.000,00	20.844.068,40	-1.355.931,60
Operações de crédito/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (VI) = (IV + V)	22.200.000,00	22.200.000,00	20.844.068,40	-1.355.931,60
Déficit (VII)			-5.739.740,21	
TOTAL (VIII) - (VI + VII)	22.200.000,00	22.200.000,00	26.583.808,61	4.383.808,61

DESPESA						
TÍTULOS	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)	Saldo da Dotação (R\$)
Despesas Correntes (IX)	27.802.000,00	30.072.000,00	26.576.688,90	26.576.413,55	23.987.938,91	3.495.311,10
Despesas de Capital (X)	15.000,00	15.000,00	7.119,71	7.119,71	7.119,71	7.880,29
Reservas	8.558.000,00	6.288.000,00	0,00	0,00	0,00	6.288.000,00
Subtotal das Despesas	36.375.000,00	36.375.000,00	26.583.808,61	26.583.533,26	24.581.885,29	9.791.191,39
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento	36.375.000,00	36.375.000,00	26.583.808,61	26.583.533,26	24.581.885,29	9.791.191,39
Superávit			0,00			
TOTAL	36.375.000,00	36.375.000,00	26.583.808,61	26.583.533,26	24.581.885,29	9.791.191,39

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$22.200.000,00 (vinte e dois milhões duzentos mil reais) e efetivamente a arrecadação totalizou o montante de R\$ 20.844.068,40 (vinte milhões oitocentos e quarenta e quatro mil sessenta e oito reais e quarenta centavos) ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no Instituto no valor de R\$1.355.931,60 (Um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil novecentos e trinta e um reais e sessenta sete centavos). O valor fixado da despesa para o exercício foi de R\$ 36.375.000,00 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil reais) e a execução da despesa totalizou em R\$ 24.581.885,29 (vinte e quatro milhões quinhentos e oitenta e um mil cento e oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos), apresentando uma diferença de R\$ 9.791.191,39 (nove milhões setecentos e noventa e um mil setecentos cento de noventa e um reais e trinta e nove centavos). Dessa forma foi apurando um déficit de R\$ 5.739.740,21 (cinco milhões setecentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta reais e vinte e um centavos).

4.4. Taxa de Administração

DESPESA COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2020	
TÍTULOS	R\$/%
Valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativamente ao exercício financeiro anterior (A)	75.305.101,99
Despesas Administrativas do IPREVI (B)	1.380.775,43
Percentual despendido com taxa de administração (C = B / A * 100)	1,83%
Limite máximo permitido	2%

Conforme determina o inciso I, do art. 15, da Portaria MPAS nº 402 de 10/12/2008, que regulamentou a Lei nº 9.717/1999, § 1º do art. 148 da Lei Municipal nº 2.366/2014 E ART. 2º DA Lei Municipal nº 2.800/2020 foi observado que o limite máximo da taxa de administração é de 2% (dois por cento) em relação ao total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior.

As despesas custeadas com a taxa de administração observaram a orientação do Ministério da Previdência que esclareceu que podem ser custeadas pela taxa de administração todas as despesas administrativas, ou seja, aquelas que representam os gastos para a gestão do RPPS, beneficiando todas as fases do seu objeto social, tais como as despesas com pessoal, utilidades e serviços, despesas gerais e taxas. No exercício de 2020 o percentual despendido foi de 1,83% respeitando o limite de 2%.

4.5. Créditos Adicionais

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal do Brasil e respeitam o limite autorizado na Lei nº 2.791/2019 – Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 que é até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) do montante no orçamento. Os créditos adicionais atingiram o valor de R\$ 2.310.000,00 (dois milhões trezentos e dez mil reais), foi utilizado à anulação como fonte de recursos e o montante representa 6,35% (seis vírgula trinta e cinco por cento) do valor do orçamento para o exercício de 2020.

CRÉDITOS ADICIONAIS

BASE DE CÁLCULO	CRÉDITOS ADICIONAIS AUTORIZADOS (30%)	CRÉDITOS ADICIONAIS REALIZADOS
R\$ 36.375.000,00	R\$ 10.912.500,00	R\$ 2.310.000,00
% REALIZADO	-	6,35%

Ressalta-se que os créditos adicionais abertos foram regulamentados por Decreto Executivo, conforme demonstrado a seguir:

CRÉDITOS ADICIONAIS - EXERCÍCIO DE 2020

DATA	Nº DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			FONTE DE RECURSOS
		SUPLEMENTAR	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIO	ANULAÇÃO
10/11/2020	5.572	R\$ 2.310.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.310.000,00
TOTAL	-	R\$ 2.310.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.310.000,00

4.6. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2018, 2019 e 2020.

EXERCÍCIOS	2018		2019			2020		
	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	17.487.699,73	100,00	19.895.885,49	113,77	100,00	20.844.068,40	104,77	100,00
Receitas de Capital	0,00	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.487.699,73	100,00	16.310.719,20	113,77	100,00	17.487.699,73	104,77	100,00

Constatou-se que as receitas correntes participaram com 100% (cem por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital o percentual de 0,00% (zero por

cento). Ressalta-se que houve acréscimo na arrecadação das receitas em 2020 em relação a 2019.

4.7. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA
EXERCÍCIOS DE 2018, 2019 e 2020.

EXERCÍCIOS	2018		2019			2020		
	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	22.509.408,44	99,97	24.779.313,39	110,08	99,95	24.574.765,58	99,17	99,97
Despesa de Capital	5.880,00	0,03	11.610,63	197,46	0,05	7.119,71	61,32	0,03
TOTAL	22.515.288,44	100,00	24.790.924,02	110,11	100,00	24.581.885,29	99,16	100,00

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos com a categoria econômica elevaram nos últimos anos. Isto se justifica devido reposição salarial, aumento nos preços de bens e serviços em geral, além dos aumentos significativos de pagamento de benefícios previdenciários.

4.8. Reserva de contingência

A reserva de contingência no exercício de 2020 foi de R\$20.000,00 (vinte mil reais), para a Gestão Administrativa do Fundo Previdenciário.

4.9. Reserva orçamentária

A reserva orçamentária do RPPS é composta pelos ingressos previstos no exercício que ultrapassam as despesas fixadas, ou seja, são as receitas estimadas sem a expectativa de realização no ano corrente e é destinada a garantir desembolsos futuros. Isso ocorre quando a receita estimada é superior às despesas fixadas para o exercício. A reserva orçamentária foi estimada para a Gestão Previdenciária do Fundo Previdenciário do Instituto no valor de R\$ 8.558.000,00 (oito milhões quinhentos e cinquenta e oito mil reais) e foi anulado o montante de R\$ 2.270.000,00 (dois milhões duzentos e setenta mil reais) como fonte de recurso para realizar créditos suplementares de outras dotações orçamentárias para pagamento de benefícios previdenciárias do Instituto.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

5.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária, ocorridos no exercício de 2020, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2020 assim se processou:

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2020			
INGRESSOS (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	20.844.068,40	Orçamentários	26.583.808,61
Transf. Fin. Recebidas	18.570.811,94	Transf. Fin. Concedidas	0,00
Extra-Orçamentários	11.347.146,30	Extra-Orçamentários	11.272.583,75
Disponível no Período Anterior	55.530.279,78	Disponível Período Seguinte	68.435.914,06
TOTAL	106.292.306,42	TOTAL	106.292.306,42

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Foram feitas retenções, quando necessárias, as quais foram registradas como receita extra-orçamentária e o produto repassado ao Órgão competente;
- As aplicações financeiras foram efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/2010 e os rendimentos foram registrados como receita orçamentária patrimonial;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir as metas mensais de arrecadação (previsto e realizado).

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO 2020		
Meses	Receitas Previstas (R\$)	Receitas Arrecadadas (R\$)
Janeiro	1.655.700,00	2.503.946,94
Fevereiro	1.655.700,00	3.125.959,00
Março	1.665.700,00	1.062.707,89

METAS MENSAS DE ARRECADAÇÃO

2020

Meses	Receitas Previstas (R\$)	Receitas Arrecadadas (R\$)
Abril	1.695.700,00	783.357,66
Mai	1.706.800,00	625.504,26
Junho	1.706.800,00	1.225.769,97
Julho	1.736.800,00	3.947.947,36
Agosto	1.736.800,00	1.251.421,69
Setembro	1.777.800,00	1.161.085,58
Outubro	1.848.800,00	1.144.241,70
Novembro	1.859.800,00	1.298.721,17
Dezembro	3.153.600,00	2.713.405,18
TOTAL	22.200.000,00	20.844.068,40

As metas de arrecadação foram distribuídas com base na média de arrecadação mensal dos exercícios anteriores. Os valores efetivamente arrecadados diferem consideravelmente em alguns meses em virtude das contribuições previdenciárias serem arrecadadas após a data de vencimento e devido às receitas patrimoniais que oscilaram muito no decorrer do exercício.

As receitas arrecadadas atingiram 93,90% da previsão realizada para o exercício de 2020 que justifica-se em virtude da receita patrimonial que trata-se dos retornos dos investimentos do Instituto ter a arrecadação menor que a esperada devido à pandemia e a crise financeira e política e também pelo fato de que nesse exercício não houve análise de novos processos de COMPREV como previsto, assim os recebimentos foram somente referentes aos fluxos de pagamentos de processos deferidos em exercícios anteriores.

5.2. Disponibilidade de caixa

As disponibilidades de caixa do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa foram depositadas somente em bancos de primeira linha, permanecendo depositadas em contas separadas das demais disponibilidades do Ente e sendo aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira, não tendo sido feitas aplicações em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo Município ou empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público.

Ressalta-se que os investimentos foram efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/2010 e a Política de Investimentos para o exercício e devidamente registrada na Secretaria de Previdência Social.

Demonstração dos saldos bancários Dezembro de 2020

- ✓ Disponibilidades Financeiras: R\$ 1.497.125,71
- ✓ Investimentos e Aplicações: R\$ 66.938.788,35
- ✓ Total dos recursos: R\$ 68.435.914,06

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

O Comparativo Patrimonial demonstra a posição patrimonial do Instituto no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial – patrimônio líquido, comparando-se as movimentações patrimoniais entre os exercícios de 2019 e 2020.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2019 e 2020					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2019 (R\$)	2020 (R\$)	TÍTULOS	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Circulante	59.713.610,50	71.021.717,08	Circulante	1.936.028,21	2.010.566,71
Não Circulante	1.686.919,63	1.705.649,97	Não Circulante	62.661.345,34	57.824.920,55
			Patrimônio Líquido	-3.185.232,79	12.891.879,79
TOTAL DO ATIVO	61.412.140,76	72.727.367,05	TOTAL DO PASSIVO	61.412.140,76	72.727.367,05

Ativo Circulante

- Caixa e Equivalentes de Caixa - não constam valores em caixa, ou seja, disponibilidade de valores em espécie, conforme, verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2020; os saldos bancários das contas movimento conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2020; no valor de R\$ 1.497.125,71 (Um milhão quatrocentos e noventa e sete mil cento e vinte e cinco reais e setenta dois centavos).
- Créditos a Curto prazo – refere-se as contribuições previdenciárias do exercício de 2020 que não foram arrecadadas no próprio exercício cujo montante apurado é de R\$ 2.574.499,70 (Dois milhões quinhentos e setenta e quatro mil quatrocentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

- Investimentos e aplicações – refere-se ao saldo das aplicações no valor de R\$ 66.938.788,35 (Sessenta e seis milhões novecentos e trinta e oito mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos) devidamente conciliados em 31/12/2020.
- Estoque – Refere-se aos bens de consumo que encontram-se no almoxarifado do Instituto no valor de R\$ 11.303,32 (onze mil trezentos e três reais e trinta e dois centavos). Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do almoxarifado estão em bom estado de conservação, podendo nelas ser armazenado o estoque.

Ativo Não Circulante

- Bens Móveis e Imóveis - os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2020, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.

Passivo Circulante

- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais refere-se aos benefícios de aposentadorias e pensões no valor de R\$ 1.998.457,97 (um milhão novecentos e noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos).
- Contas a Pagar – Referem-se a fornecedores e prestações de serviços cujo valor é de R\$ 3.190,00 (três mil cento e noventa reais)
- Demais obrigações – Refere-se aos saldos dos de consignação e conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo no valor de R\$ 8.918,74 (oito mil novecentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos).

Passivo Não Circulante

- Os saldos demonstrados no Balanço Patrimonial e na Avaliação Atuarial do exercício de 2020 estão em igualdade de valores no montante de R\$ 57.824.920,55 (cinquenta e sete milhões oitocentos e vinte quatro mil novecentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos).

Saldo Patrimonial

Em 2020, apurou-se um Patrimônio Líquido o valor de R\$ 12.891.879,79 (Doze milhões oitocentos e noventa e um mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2020			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR (R\$)
Contribuições	18.566.321,03	Pessoal e Encargos	784.698,20
Variações Patrim. Aument. Financeiras	8.174.865,85	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.226.327,85
Transferências Recebidas	18.570.811,94	Uso de Bens, Serv. e Consumo de Cap. Fixo	352.975,38
Outras Variações Patrim. Aumentativas	5.388.420,55	Transferências	1.200,00
		Desvalorização e Perdas de Ativos	3.874.614,54
		Contribuições	4.374.408,32
		Outras Variações Patrim. Diminutivas	9.082,50
Total das Variações Patrim. Aumentativas	50.700.419,37	Total das Variações Passivas	34.623.306,79
RESULTADO PATRIMONIAL			16.077.112,58

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício, cujo resultado patrimonial foi no montante de R\$ 16.077.112,58 (dezesseis milhões setenta e sete mil cento e doze reais e cinquenta e oito centavos) que corresponde à diferença entre as VPA de R\$ 50.700.419,37 (Cinquenta milhões setecentos mil quatrocentos e dezenove reais e trinta e sete centavos) e VPD de R\$ 34.623.306,79 (trinta e quatro milhões seiscentos e vinte e três mil trezentos e seis reais e setenta e nove centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA EXERCÍCIO DE 2020						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Por Títulos	Nada a declarar					
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Depósitos e Consignações	6.561,03	5.470.608,44	5.468.231,83	18,90	8.918,74
Restos a Pagar de 2019	0,00	1.929.718,48	1.929.718,48	0,00	258.104,94
Restos a Pagar de 2020	0,00	2.001.923,32	0,00	0,00	0,00

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do IPREVI de curto prazo estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

Os cancelamentos de saldos da Dívida Flutuante foram decorrentes de repasses financeiros das entidades, para que não figurem como dívida do Instituto para com as mesmas.

6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	SaldoFinal
Restos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e consignações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Instituto de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2020 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, certidões e outros documentos hábeis.

6.7. Análise dos Índices das Contas Públicas

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULO	2019	2020
Disponível em Caixa e Bancos (A)	R\$ 55.530.279,78	R\$ 68.435.914,06
Passivo Financeiro (B)	1.936.279,51	R\$ 2.010.842,06
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	R\$ 28.679,00	R\$ 34.033,00

O índice de pronta liquidez indica que para cada R\$1,00 de dívida em curto prazo de 2020 o Instituto possui disponível em Caixa e Bancos R\$ 34.033,00 (trinta e quatro mil e trinta e três centavos).

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULO	2019	2020
Ativo Financeiro (A)	R\$ 55.530.279,78	R\$ 68.435.914,06
Passivo Financeiro (B)	R\$ 1.936.279,51	R\$ 2.010.842,06
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	R\$ 28.679,00	R\$ 34.033,00

O índice de liquidez imediata indica que para cada R\$1,00 de Passivo Financeiro de 2020 o Instituto possui disponível R\$ 34.033,00 (trinta e quatro mil e trinta e três centavos).

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULO	2019	2020
Ativo Real (A)	R\$ 61.412.140,76	R\$ 72.727.367,05
Passivo Real (B)	R\$ 62.661.345,34	R\$ 57.824.920,55
Índice de Liquidez Real (A/B)	R\$ 0,98	R\$ 1,26

O índice de liquidez real indica que para cada R\$1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2020 o Instituto possui R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata aumentaram em 2019 se comparado com 2020, mas que ainda mantêm as contas públicas equilibradas, atendendo o determinado no §1º do art. 1º da LRF.

7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

O Controle Interno conferiu a composição dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2020. Vejamos:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EO 179 – Carvalho & Carvalho.....	R\$178,98
EO 180 – Carvalho & Carvalho.....	R\$96,37
TOTAL.....	R\$275,35

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

EO 284 – Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda EP.....	R\$2.073,50
SE 5 15 – Folha de Pagamento Aposentados por Tempo	R\$788.136,46
SE 6 14 – Folha de Pagamento dos Aposentados por Tempo.....	R\$19.193,46
SE 7 14 – Folha de Pagamento dos Aposentados Compulsória.....	R\$21.285,34
SE 7 15 – Folha de Pagamento dos Aposentados Compulsória.....	R\$548,32
SE 8 14 – Folha de Pagamento dos Aposentados por Invalidez.....	R\$132.497,57
SE 10 15 – Folha de Pagamento dos Aposentados Professores.....	R\$ 632.485,79
SE 11 14 – Folha de Pagamento dos Aposentados por Idade.....	R\$ 109.135,08
SE 12 14 – Folha de Pagamento das Pensões Temporárias.....	R\$ 7.568,09
SE 13 16 – Folha de Pagamento das Pensões Vitalícias.....	R\$ 200.842,55
SE 13 17 – Folha de Pagamento das Pensões Vitalícias.....	R\$ 317,64
EO 285 – Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda EP.....	R\$1.116,50
SE 14 14 – Folha de Pagamento Aposentados por Tempo	R\$8.064,89
SE 16 14 – Folha de Pagamento dos Aposentados por Invalidez.....	R\$28.518,22
SE 17 14 – Folha de Pagamento dos Aposentados Professores.....	R\$ 18.079,48
SE 18 14 – Folha de Pagamento dos Aposentados por Idade.....	R\$ 19.179,98
SE 20 14 – Folha de Pagamento das Pensões Temporárias.....	R\$ 6.428,71
SE 21 14 – Folha de Pagamento das Pensões Vitalícias.....	R\$ 6.176,39
TOTAL.....	R\$ 2.001.647,97

8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa com pessoal

8.1. Despesa com pessoal

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstrou-se no quadro abaixo os gastos com pessoal realizados os quais foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000			
ESPECIFICAÇÃO	VALORES	%	
Receita Corrente Líquida	R\$ 4.743.507,93	100,00	
Limite dos Gastos com Pessoal - Executivo	R\$ 2.561.494,28	54,00	
Despesas com Pessoal	R\$ 794.413,45	16,70	

A tabela acima demonstra que o Instituto obedeceu o limite máximo de 54% com despesas com pessoal não contrariando, portanto, o art. 20, inciso III, "b" da Lei nº 101/2000.

LEI Nº 1.544/2003			
ESPECIFICAÇÃO	VALORES	%	
Taxa de Administração - Limite Exercício de 2020	R\$ 1.506.102,00	100,00	
Limite dos Gastos com Pessoal	R\$ 903.661,20	60,00	
Despesas com Pessoal	R\$ 794.413,45	52,70	

Conforme pode ser observado acima o Instituto cumpriu a exigência imposta pelo o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.544/2003 que estabelece que as despesas com a folha de pagamento do IPREVI não pode ser superior a 60% do limite da taxa de administração no exercício.

9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2020		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
Saldo do exercício anterior		
Construção de ...		
Aquisição de ...		
Pagamento de benefícios dos segurados		
NADA A DECLARAR		
Totais		
Saldo para o exercício seguinte		

No exercício financeiro de 2020 não obtiveram recursos arrecadados por meio de alienação de bens.

10. Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos.

- CERTIFICAÇÃO -

Certifica-se que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente aqueles referentes a restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado no quadro a seguir:

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E NAS ENTIDADES MUNICIPAIS – EXERCÍCIO DE 2020			
REGISTRO NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		REGISTRO NAS ENTIDADES	
TÍTULOS DAS CONTAS	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
Ativo Circulante Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	0,00	Passivo Financeiro – Restos a Pagar	0,00
Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	2.574.499,70	Passivo Financeiro – Depósitos	0,00

Ativo Permanente – Créditos – Empréstimos Concedidos	0,00	Passivo Permanente - Dívida Fundada Interna – Empréstimos Recebidos do Fundo Próprio de Previdência	0,00
Ativo Permanente – Créditos – Parcelamento de Dívida Concedido	0,00	Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna- Parcelamento de Débitos Com o Fundo Próprio de Previdência	0,00

O montante apresentado acima de R\$ 2.574.499,70 refere-se às contribuições previdenciárias da competência de 2020 que ficaram para serem repassadas no exercício de 2020, sendo R\$ 2.259.153,86 valores devido da Prefeitura Municipal de Viçosa; R\$ 273.223,40 valores devidos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; e R\$ 42.122,44 valores devidos do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor.

11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020:

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS				
DESCRIÇÃO DA RECEITA	METAS DE ARRECADAÇÃO	VALOR ARRECADADO		
		TOTAL	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL	R\$4.690.000,00	R\$ 5.152.616,87	R\$2.413.775,10	R\$ 2.738.841,77
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES SERVIDOR	R\$ 40.000,00	R\$ 29.838,05	R\$ 3.903,08	R\$ 25.934,97
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO CIVIL	R\$160.000,00	R\$ 168.845,48	R\$ 155.662,09	R\$ 13.183,39
CONTRIBUIÇÃO PENSIONISTA CIVIL	R\$10.000,00	R\$ 728,62	R\$ 661,08	R\$ 67,54
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV. ATIVO CIVIL	R\$ 10.280.000,00	R\$10.577.303,44	R\$5.059.360,01	R\$ 5.517.943,43
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PATRONAL	R\$80.000,00	R\$ 78.901,09	R\$ 24.885,50	R\$ 54.015,59
REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS	R\$ 4.850.000,00	R\$ 4.191.512,17	R\$ 32.636,81	R\$ 4.158.875,36
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS	R\$2.090.000,00	R\$ 424.029,12	R\$ 412.681,79	R\$ 11.347,33
OUTRAS RESTITUIÇÕES	R\$ -	R\$ 127.966,64	R\$ 35.942,91	R\$ 92.023,73

CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR	R\$ -	R\$ 31.438,04	R\$ 20.139,57	R\$ 11.298,47
CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - PATRONAL	R\$ -	R\$ 60.888,88	R\$ 30.381,97	R\$ 30.506,91
TOTAL	R\$ 22.200.000,00	R\$20.844.068,40	R\$8.190.029,91	R\$ 12.654.038,49
%	100,00	93,89	39,29	60,71

A receita foi prevista no montante de R\$ 22.200.000,00 e foi efetivamente arrecadado o valor de R\$ 20.844.068,40 que corresponde a 93,89% da previsão. Sendo que R\$ 8.190.029,91 foram receitas do Fundo Financeiro e R\$ 12.654.038,49 foram receitas do Fundo Previdenciário.

12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuário.

INFORMAÇÕES SOBRE O CÁLCULO ATUARIAL
DATA- BASE DOS DADOS: 31 de dezembro de 2019
DATA DA AVALIAÇÃO: 31 de dezembro de 2019
DATA DA ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO: 31 de dezembro de 2019
NOME DO ATUÁRIO: Raphael Karol Cunha da Silva
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO IBA: MIBA 1.453 – CPF 058.674.496-70
NOME DO ATUÁRIO: Carlos Spinola Ribeiro
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO IBA: MIBA 2.080 – CPF 060.917.386-31

13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA COM O INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – EXERCÍCIO DE 2020	
NOME DA ENTIDADE DEVEDORA:	
VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR NOMINAL)	R\$0,00
ÍNDICE UTILIZADO PARA CORREÇÃO DO CRÉDITO	R\$0,00

VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR CORRIGIDO)	R\$0,00
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	R\$0,00
PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DE CADA PARCELA	MENSAL
CRITÉRIOS E OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS:	

Não ocorreu no exercício de 2020 renegociação de dívida de natureza previdenciária.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO-EXERCÍCIO DE 2020					
PROCESSO	Nº	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE COMUNICAÇÃO AO TCE/MG	CAUSAS	RESULTADO
SINDICÂNCIAS		Nada a declarar.			
INQUÉRITOS		Nada a declarar.			
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS		Nada a declarar			

Não ocorreu no exercício de 2020 danos causados ao erário.

15. Atendimento aos artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS nº 402/2008.

As contribuições do Município e as contribuições do pessoal civil, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente são utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do Instituto não sendo utilizados tais recursos para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie, conforme determina o art. 14 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 do Ministério da Previdência Social.

No Município de Viçosa existe apenas um Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos e uma unidade gestora do respectivo regime, conforme determina o art. 10 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

Não foi celebrado nenhum convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão de benefícios previdenciários entre o Município e o Estado, conforme determina o art. 24 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da Instrução Normativa nº 09/2008.

A base de dados dos contribuintes e segurados ativos são atualizados através de importação de arquivos enviados pelos patrocinadores e armazenados em Sistema de Gerenciamento de Dados na sede do Instituto, e são gerenciados pelas folhas de pagamento arquivadas no Instituto. E os dados dos inativos e pensionistas são atualizados através de recadastramento periódicos com prazo não superior a cinco anos.

No exercício de 2020 foram realizados pagamentos referentes às despesas a título de obrigações patronais para o Instituto Nacional do Seguro Social no valor de R\$ 39.142,81 (trinta e nove mil cento e quarenta e dois reais e oitenta e um) referentes aos servidores não vinculados ao Instituto e prestadores de serviços pessoa física e para o Instituto de Previdência Municipal de Viçosa no valor de R\$ 55.055,86 (cinquenta e cinco mil cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) referente às obrigações patronais dos servidores vinculados ao IPREVI e R\$ 15.235,31 (quinze mil duzentos e trinta e cinco reais e trinta e um) obrigações patronais dos servidores vinculados ao IMAS – Instituto Municipal de Assistência ao Servidor.

17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.

Os percentuais de contribuição, no exercício de 2020, se processaram da seguinte forma: ativos 11%, inativos 11% e pensionista 11%.

18. Informação do valor do déficit do Instituto.

O valor do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa, de acordo com a Avaliação Atuarial de 2020 é de R\$ 5.222.693,73 (cinco milhões duzentos e vinte e dois mil seiscentos e noventa e três reais e setenta e três centavos) para o Fundo Previdenciário. Os exercícios de 2019 e 2018 apresentaram déficits nos montantes de R\$ 7.920.828,81 e R\$ 7.928.610,10 respectivamente. O déficit diminuiu em relação aos dois exercícios anteriores em função da aplicação da alíquota suplementar de 3,21% instituída através da Lei nº 2.733/2019. Para o Fundo financeiro foi observado um déficit de R\$ 890.386.559,47 (oitocentos e noventa milhões trezentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos). Esse Fundo encontra-se com insuficiência financeira, no qual existe a necessidade de transferências financeiras mensais para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, conforme demonstrado no próximo item.

19. Informação dos valores recebidos a título de transferências financeiras para cobertura do déficit atuarial.

REPASSE PARA COBERTURA DAS INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS - 2020					
COMPE-TÊNCIA	ENTIDADES				
	PMV	SAAE	CÂMARA	VALOR RESTITUÍDO A PMV	TOTAL
JANEIRO	R\$ 2.055.804,53	R\$ 292.275,26	R\$ 7.721,93	R\$ 0,00	R\$ 2.355.801,72
FEVEREIRO	R\$ 1.080.675,66	R\$ 162.222,72	R\$ 6.766,14	R\$ 0,00	R\$ 1.249.664,52
MARÇO	R\$ 1.139.907,47	R\$ 171.607,25	R\$ 6.071,75	R\$ 0,00	R\$ 1.317.586,47
ABRIL	R\$ 1.036.649,87	R\$ 142.608,55	R\$ 6.629,62	R\$ 0,00	R\$ 1.185.888,04
MAIO	R\$ 1.111.899,25	R\$ 171.023,61	R\$ 6.629,62	R\$ 0,00	R\$ 1.289.552,48
JUNHO	R\$ 1.188.081,98	R\$ 186.643,07	R\$ 7.826,05	R\$ 380.393,46	R\$ 1.002.157,64
JULHO	R\$ 1.904.760,07	R\$ 281.490,12	R\$ 7.833,37	R\$ 0,00	R\$ 2.194.083,56
AGOSTO	R\$ 1.195.512,26	R\$ 179.353,93	R\$ 7.830,67	R\$ 0,00	R\$ 1.382.696,86
SETEMBRO	R\$ 1.214.623,02	R\$ 179.266,83	R\$ 7.830,67	R\$ 0,00	R\$ 1.401.720,52
OUTUBRO	R\$ 1.234.631,63	R\$ 179.358,62	R\$ 7.830,67	R\$ 0,00	R\$ 1.421.820,92
NOVEMBRO	R\$ 1.242.374,47	R\$ 186.379,25	R\$ 7.830,67	R\$ 0,00	R\$ 1.436.584,39
13º SALÁRIO	R\$ 799.660,88	R\$ 123.114,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 922.775,62
DEZEMBRO	R\$ 1.224.579,36	R\$ 178.069,17	R\$ 7.830,67	R\$ 0,00	R\$ 1.410.479,20
TOTAL	R\$ 16.429.160,45	R\$ 2.433.413,12	R\$ 88.631,83	R\$ 380.393,46	R\$ 18.570.811,94

O Fundo Financeiro de IPREVI apresenta, desde julho de 2015, insuficiência financeira que significa que as receitas arrecadadas mensalmente são inferiores às despesas com benefícios. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Viçosa - PMV, a Câmara Municipal de Viçosa - CMV e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE efetuam transferências financeiras para cobertura desta insuficiência, correspondente à diferença entre as receitas e despesas realizadas a cada mês. O montante recebido no exercício de 2020 foi de R\$ 18.570.811,94 (dezoito milhões quinhentos e setenta mil oitocentos e onze reais e noventa e quatro reais). O valor de R\$ 380.393,46 (trezentos e oitenta mil trezentos e noventa reais e quarenta centavos) foi restituído à PMV devido ao fato da transferência repassadas referente ao 13º salário de 2019 ter sido realizada num montante superior ao necessário para cobertura dos benefícios.